



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “Plano Diretor de Dutos de São Paulo”, de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S/A–Petrobrás, realizada na cidade de Guarulhos, em 10 de abril de 2008.

Realizou-se, no dia 10 de abril de 2008, às 17 horas, na Câmara Municipal de Guarulhos, Rua João Gonçalves, 598, Guarulhos–SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento “Plano Diretor de Dutos de São Paulo”, de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S/A– Petrobrás (Proc. SMA 13.853/2006). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Edson José de Barro, Diretor de Meio Ambiente do Município de Guarulhos, Roberto dos Santos Moreno, Coordenador de Assuntos Aeroviários do Município de Guarulhos –, do Poder Legislativo - na pessoa da Excelentíssima Senhora Luiza Cordeiro, Vereadora do Município de Guarulhos –, dos órgãos públicos, das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “Plano Diretor de Dutos de São Paulo”, de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S/A– Petrobrás (Proc. SMA 13.853/2006). Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o Secretário-Executivo esclareceu que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que têm alguma coisa a dizer sobre o empreendimento possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Em seguida, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas e compôs a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte a representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, Silvia Romitelli. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Depois de Alfredo Alves da Fonseca, Gerente de Estudos e Acompanhamentos da Petrobrás, apresentar um breve histórico da empresa e as principais características do projeto que se pretende implantar, Gustavo de La Reza, representante da empresa de consultoria Habitec, apresentou, com detalhes, os estudos ambientais, dando ênfase à análise dos principais aspectos do empreendimento, aos estudos realizados e às medidas que seriam implementadas para mitigar e/ou compensar os impactos mais significativos que serão causados. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. Elton Soares de Oliveira comentou: 1) que aqueles já acostumados a participar das audiências públicas sobre EIAs/RIMAs já reconheciam que todas possuíam o mesmo padrão e que, mesmo nada esclarecendo, passavam a impressão de que estava tudo bem; 2) que tentara produzir um vídeo – o qual passava a apresentar – sobre o plano diretor de dutos que era objeto desta audiência e que mostrasse o seu trajeto aqui em Guarulhos, mas teve dificuldade de identificar; 3) que, antes de se implementar este plano diretor, era preciso se discutir a assinatura de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

um termo de ajustamento de conduta que tivesse como objetivo promover a regularização, do ponto de vista ambiental, da unidade desta empresa instalada neste Município; 4) que a implantação deste projeto, juntamente com a ampliação do Aeroporto Internacional e da Base Aérea, contribuiria para a segmentação desta cidade, o dificultaria a locomoção de sua população; 5) que o acesso a esta cidade através da Rodovia dos Trabalhadores era “um lixo”, entre outros motivos pelo fato de seu asfalto possuir péssima qualidade; 6) que não se sabia quem era proprietário do terreno que se localizava ao lado da unidade desta empresa neste Município, mas que, em virtude de seu assoreamento e das péssimas condições em que se encontrava – no total abandono, servindo para depósito de pneus que armazenavam as águas das chuvas -, era necessário que se tomassem algumas providências; 6) que os moradores dos bairros localizados próximos desta unidade, como o Jardim Arapongas – que contava com cerca de 120 famílias –, conviviam diariamente com a lama das ruas, quando chovia, e com a poeira, quando fazia sol; 7) que, por baixo do terreno desta unidade da Petrobrás, passava uma tubulação de água e, quando chovia muito, as águas pluviais não podendo escoar-se pela existência de um paredão, inundavam as casas, e este problema deveria ser sanado antes de se aprovar este projeto; 8) que este projeto não foi apresentado às entidades ambientalistas com atuação neste Município, mas apenas aos órgãos técnicos municipais; 9) que, em decorrência do processo de segmentação em curso no Município, o Jardim Arapongas não era contemplado com a coleta do lixo, que acabava se acumulando e causando graves problemas sanitários; 10) que, de acordo com o Artigo 36 da Lei Federal nº 9885, os empreendimentos que causam significativo impacto ambiental devem contribuir para a implantação de unidades de conservação na região onde esse impacto é causado; 10) que, no caso deste empreendimento da Petrobrás, o valor orçado é aproximadamente 2 bilhões de reais, até este momento, não se decidiu onde exatamente serão aplicados os recursos correspondentes a 0,5% deste valor – aproximadamente 10 milhões de reais – os quais, de acordo com a legislação do Sistema Nacional das Unidades de Conservação-SNUC, devem ser destinados às compensações ambientais em todos os Municípios onde ele causará impacto, e sua proposta era que, neste Município, estes recursos fossem utilizados na criação de unidades de conservação nos bairros Jardim Kátia, Jardim Arapongas e Santo Afonso, que sofrerão os impactos desta obra; 11) que era preciso se discutir neste momento soluções que contemplassem os impactos sócio-ambientais causados pelo funcionamento da unidade desta empresa localizado neste Município, entre os quais, as enchentes que ocorrem na região do seu entorno, o assoreamento, a falta de moradia para as famílias carentes, o mau cheiro proveniente dos processos químicos que realizada, o lixo produzido e depositado em seu entorno, o segregamento da população, o risco de acidentes por vazamentos ou explosões, a falta de monitoramento dos agentes tóxicos e cancerígenos que podem comprometer a saúde população, a péssima qualidade da pavimentação causada pelo tráfego pesado que tem lugar no entorno desta unidade da Petrobrás e a falta de um controle rigoroso deste tráfego. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das entidades da sociedade civil. José Milton Guedes, representante do Movimento de Luta por Moradias de Guarulhos, depois de comentar que a comunidade do Jardim Arapongas havia feito uma panfletagem para convocar a população para discutir os graves problemas de infra-estrutura existentes neste bairro, como o mau odor provocado pelo enxofre e as enchentes para as quais contribuía a ausência de infra-estrutura da unidade desta empresa localizada neste Município e de declarar que nenhum diretor desta empresa moraria nesta região, solicitou às autoridades federais e municipais que dessem maior atenção à população que vivia nesse bairro e que não tinham para onde ir. Lourival Nilo, representante da Entidade Zumbi dos Palmares, comentou: 1) que, em virtude do pequeno número de pessoas presentes nesta audiência,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

constatava não ter sido ela suficientemente divulgada; 2) que a maioria das pessoas desconhecia que neste Município funcionava uma unidade desta empresa, e pouquíssimas tinham conhecimento dos impactos que ela causava à comunidade que morava em seu entorno, precisamente aos moradores do Jardim Kátia, do Jardim Arapongas e de Santo Afonso, como emissão de gases tóxicos, provenientes do processo de refinamento dos combustíveis, riscos de vazamento e enchentes. Paula Alves, representante do Centro de Integração da Mulher de Guarulhos-Núcleo de Educação Ambiental, depois de declarar que sua entidade vinha estudando os impactos sócio-ambientais causados por grandes obras, como este plano diretor de dutos, e que lamentava não ter sido ela consultada sobre este projeto, comentou: 1) não ter sido abordado nesta audiência o Artigo 64 da Lei de Zoneamento de Guarulhos, o qual dispunha sobre os impactos à vizinhança; 2) não ter sido igualmente abordado o programa de educação ambiental a ser desenvolvido com a comunidade sobre este projeto, o qual deveria levar em conta a realidade deste Município; 3) que se deveria esclarecer qual a destinação futura a ser dada a área quando os dutos forem desativados. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes dos órgãos públicos. Edson José de Barros, Diretor de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Guarulhos comentou: 1) que foi dito pelo representante da equipe consultora que seriam utilizadas áreas de proteção de mananciais ao sul, informação esta que o preocupava, principalmente porque a nova lei de uso e ocupação do solo das áreas do entorno do Rio Juqueri eram mais restritivas do que as leis de mananciais em vigor; 2) que a área de influência direta para a biota, no trecho existente no Município de Guararema, através de uma passagem influenciava diretamente o Município de Guarulhos, precisamente APA da Mantiqueira, cuja represa, juntamente com o Rio Jaguari, eram responsáveis pelo abastecimento do Município de Jacaré, e que não se esclareceu que tipo compensação seria adotado com vistas à mitigação deste impacto; 3) que o Projeto Biota desenvolvido pela Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado de São Paulo-Fapesp identificava as áreas de preservação da biodiversidade brasileira e reconhecia a importância do ecossistema existente neste Município, e que este dado não foi abordado pelo EIA/RIMA, como também não o foi a área que este Município possuía para soltura de animais com mais de 8 milhões de metros quadrados de extensão na região do Rio Jaguari, a qual também era contemplada por este projeto de biodiversidade; 4) que era preciso se esclarecer que a Petrobrás vinha melhorando sua conduta ambiental e social, mas vários problemas ainda persistiam, os quais deveriam ainda ser solucionados, como, por exemplo, o risco que este terminal de duto poderia oferecer ao acesso à Avenida Jacu-Pêssego, que era lateral a este terminal, e que, portanto, tornava necessário implementar-se e monitorar-se um plano de risco que a este terminal se associasse; 5) que era preciso, também, distinguir-se as medidas de compensação das medidas de mitigação, e que estas poderiam ser adotadas com vistas à melhoria do sistema viário local, cujas péssimas condições haviam sido provocadas pelo grande fluxo de caminhões, o que envolvia outras empresas, e não somente a Petrobrás; 6) que deveria implementar-se um programa rigoroso de gerenciamento de riscos e um plano de gestão bem-definido com relação às atribuições de cada um dos parceiros envolvidos; 7) que era preciso resolver as questões relacionadas com a origem e a destinação dos produtos gerados no Município, pois todos sabiam que havia aí um comércio ilegal de combustíveis, envolvendo alguns caminhoneiros e a população de baixa renda; 8) que as questões relacionadas com o sistema viário haviam sido bem-colocadas, e que elas envolviam um fluxo que tinha de ser avaliado na medida em que interagiam outras empresas; 9) que, na abordagem do transporte viário e do armazenamento, se deu maior importância aos dutos do que aos terminais, e isso tinha de ser revisto; 10) que se exigia da Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ambiente uma avaliação criteriosa a respeito da aplicação do percentual previsto pela legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, e, a seu ver, deveria avaliar-se, com critério, as áreas da APA da Serra da Mantiqueira, o corredor ecológico – que possuía uma área crítica - e a área na região do Morro Grande; 11) que se manifestava, a princípio, favorável à viabilidade ambiental deste empreendimento, e que o órgão que representava discutia com bastante propriedade as questões ligadas à destinação dos recursos de compensação ambiental pela Câmara de Compensação Ambiental da SMA, e defendia sua aplicação no corredor ecológico da Serra da Mantiqueira, que se conjugava com o Parque Canteira; 12) que o plano de defesa civil e o monitoramento das águas subterrâneas precisavam de metodologias mais aprofundadas, e que existia no Comitê do Alto Tietê uma Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, que analisava se elas ocorriam no Município de Guarulhos, precisamente em Cumbica, que ainda não se estava suficientemente esclarecido a este respeito, pois podia tratar-se de uma área de recarga; 12) e que esta e outras questões precisavam ser ainda mais bem analisadas. Roberto dos Santos Moreira, Coordenador de Assuntos Aeroportuários do Município de Guarulhos, comentou: 1) que era prudente esclarecer-se a população sobre as medidas de segurança que envolviam a implantação e o funcionamento desses dutos que serão implantados pela Petrobrás;; 2) que, recentemente, foi aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico do Município de Guarulhos e, com base nele, se pretendia agora desenvolver os planos setoriais, os quais constituirão verdadeiros instrumentos de controle para os novos licenciamentos, e a Petrobrás, por sua vez, deveria implementar planos desta natureza depois que esses dutos forem desativados em 2011, porque uma das preocupações da população dizia respeito aos destinos desta área, que media, aproximadamente, 1 km de extensão e 30 metros de largura e se localizava entre o terminal desta empresa e a Rodovia Ayrton Senna; 3) que o Plano Diretor previa uma ligação entre o Aeroporto Internacional de Guarulhos e o Porto de Santos, a qual se pretendia que constituísse um eixo não apenas viário, mas, também, de desenvolvimento dessa região, desenvolvimento não apenas econômico, mas, também, social e urbano, desenvolvimento este que a todos beneficiasse, ou seja, não só ao setor econômico, revertendo-se em uma maior oferta de moradia e de lazer – por exemplo, a construção de um autódromo – e no estabelecimento de novos empreendimentos; 4) que, para essa via que ligará o setor leste e norte ao aeroporto e que a Prefeitura do Município de Guarulhos pretendia transformar em um eixo de desenvolvimento urbano, econômico e social, já foi licitada uma obra para a Travessia da Rodovia Presidente Dutra e se estava em negociação com a Autoridade do Aeroporto Internacional de Cumbica, que era a Infraero, a assinatura de um termo de ajustamento de conduta visando a implantação de um conjunto de instalações; 4) que, dada à pertinência e à adequação das propostas apresentadas pelos representantes das entidades ambientalistas – como, por exemplo, aquela relacionada com os resíduos sólidos –, era necessário encaminhá-las para a Prefeitura, pois é possível que este órgão adote, de imediato, algumas medidas; 5) que foi muito importante a negociação que se estabeleceu com o aeroporto desde 2001, pois ela propiciou um amadurecimento que levou à assinatura, este ano, de um termo de ajustamento de conduta ambiental que prevê a adoção – e a cobrança – das ações e medidas previstas por este instrumento; 5) que, igualmente, se se tornar possível estabelecer-se uma parceira entre a Prefeitura e a Petrobrás, ela poderá trazer algumas vantagens para o Município de Guarulhos e, principalmente, para sua população, pois se sabia que esta companhia tem um programa de qualidade muito bem-estruturado; 6) que seria conveniente abandonar-se a idéia de que esses grandes empreendimentos, como o Aeroporto Internacional de Guarulhos, o Porto de Santos, os terminais, unidades e dutos da Petrobrás, ou seja, que esses grandes equipamentos constituem, juntos, uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

espécie de Vaticano, e passar a concebê-los incorporados ao Município; 6) e que, para terminar, chamava atenção para os benefícios que se poderia auferir dessa negociação com a Petrobrás, como, por exemplo, a pavimentação das estradas. Paula Lima Frega, vinculada à Igreja Missão Mundial da Graça e da Paz, comentou: 1) que Deus não habitava coisas sujas e, como o bairro Arapongas estava imundo, conversaria com os membros da igreja que representava para evangelizar seus moradores, de modo a que se mobilizem a sair deste local; 2) que citava o Profeta Isaías, que dizia: “Eis que as nações são consideradas por Ele como gotas de um balde e como um pó miúdo das balanças”; 3) que, como base nas palavras deste profeta, se poderia dizer que Deus lançava por aí as ilhas como coisas pequeníssimas, ou seja, nós estamos construindo um monte de ilhas, nós estamos morando em um lugar onde inundava aqui e ali, e, para Deus, isto era coisa pequena, embora, para nós, fosse coisa grande, que nós temos ainda de trabalhar; 4) que, então, o que pretendia passar para todos era que fizessem uma reavaliação de tudo o que foi falado, porque, se do ponto de vista técnico estava ótimo, se do ponto de vista ético, também, mesmo assim era preciso avaliar a parte bíblica, para que acontecesse o que aconteceu a Moisés, que contou com a ajuda de Deus para enfrentar o dilúvio, e aconteceu também com os judeus na travessia do Mar Vermelho, que igualmente contou com Sua ajuda, porque Deus fez com que mar se abrisse e deixasse este povo atravessá-lo; 5) que, por esses motivos, pedia que cada um lesse a Bíblia, lesse as palavras de Deus, para ver a parte espiritual, pois só assim a parte material se materializaria de forma correta. Luiza Cordeiro, Vereadora do Município de Guarulhos e Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal, comentou: 1) que não teve conhecimento das negociações havidas entre a Prefeitura e a Petrobrás; 2) que todos os que participaram da elaboração do Plano Diretor de Dutos falharam como também houve falha na divulgação dessa audiência, pois ela foi feita de forma muito precária; 3) que, embora houvesse redução dos impactos em decorrência da diminuição do diâmetro dos dutos, ocorrerão mudanças, inclusive, no tipo de operação, e as informações oferecidas sobre elas não foram suficientemente claras; 4) que se sabia que os dutos transportavam diferentes produtos e era necessário que se esclarecesse que produtos eram estes e exatamente o que estava sendo desativado; 5) que o número total dos moradores dos bairros que se localizavam no entorno do Jandaia – ou seja, que residiam no Sítio São Francisco, Jardim Presidente, Favela Jardim Santa Maria –, e, portanto, próximo dos dutos, com base no levantamento feito pelos estudos ambientais, girava em torno de 150 mil, e estes equipamentos, também com base na classificação oferecida pela própria empresa, não eram cem por cento seguros, e as falhas que vierem a ocorrer em sua operação poderão concorrer para a ocorrência de acidentes e de catástrofes, cuja prevenção necessitava da implementação, não só das propostas apresentadas pelos representantes das entidades ambientalistas, como, também, de outras medidas de proteção, como, por exemplo, a construção de barreiras de contenção cercando as ocupações e que levassem em conta, inclusive, a declividade do terreno; 6) que os prejuízos ambientais – a erosão, a dispersão de poluentes, as enchentes – deviam ser compensados de todas as formas, como, por exemplo, deveria-se prever a dispersão dos poluentes não só na atmosfera, mas também nos cursos d’água e nos canais; 7) que não foi muito bem-sucedida a escolha dos locais para colocação dos estudos ambientais para consulta pela população, pois foi por acaso que eles ficaram disponíveis na Câmara Municipal, e a incorreta disposição desses estudos dificultou seu acesso e, conseqüentemente, dificultou também que se fizesse uma interpretação cuidadosa dos dados neles contidos, o que a levava a propor que eles fossem reelaborados e, novamente, colocados à disposição para consulta; 8) que se respeitava muito a Petrobrás por se tratar de uma empresa nacional, que investia na saúde e na cultura da população, mas que se deveria cobrar dela a compensação e a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

mitigação dos danos ambientais, com o emprego da melhor tecnologia disponível, atualmente, no mercado; 9) que era necessário que se realizasse nova audiência, para que se pudesse obter informações mais detalhadas sobre os impactos de vizinhança e, também, sobre as medidas mitigadoras que seriam adotadas, inclusive, no que dizia respeito à destinação e ao tratamento dos resíduos que seriam gerados, dispondo-se em local seguro, pois a Prefeitura vinha-se revelando incapaz de fazer frente a este problema; 10) que esperava que algumas questões que colocou fossem respondidas no final da audiência, como, por exemplo, que fosse esclarecido onde seriam dispostos os resíduos que seriam gerados, quais os instrumentos que seriam utilizados para promover a “descontaminação” posterior da área na qual eles seriam dispostos, quais as utilizações futuras que poderiam a ela ser atribuídas; 11) que também seria necessário se compensar a vegetação que será suprimida - até hoje não o foi aquela suprimida pela própria Petrobrás há vinte anos atrás –, para que esta área igualmente não se tornasse “desertificada” e, empobrecida, e se tornasse, portanto, vulnerável aos processos erosivos; 12) que a luta dos cidadãos de Guarulhos se dava na perspectiva de que fossem adotadas todas as ações capazes de promover a melhoria ambiental e, conseqüentemente, a qualidade de vida deste Município. Passou-se à etapa das réplicas. Alfredo Alves da Fonseca, Gerente de Estudos e Acompanhamento da Petrobrás, ofereceu os seguintes esclarecimentos: 1) que este projeto não contemplava a instalação de novos equipamentos, além dos dutos, no Município de Guarulhos, mas, sim, a desativação de alguns, embora ao se apresentar, no início desta audiência, o projeto, se demonstrasse todo o contexto de sua implantação, ou seja, se falasse de todos os terminais que seriam implantados e daqueles que serão ampliados no Estado de São Paulo; 2) que, após a implantação, esses dutos passarão a ser operados e mantidos pela Transpetro, uma subsidiária integral da Petrobrás, cuja tarefa era operar e manter estas instalações, atuando nas faixas dos dutos; 3) que, além dos cuidados adotados pela Transpetro, funcionava na cidade do Rio de Janeiro um centro de controle da Petrobrás, que monitorava em tempo real, dia e noite, com tecnologia de ponta, a operação de todos os dutos e terminais, e a Transpetro, por sua vez, possuía um programa de integridade dos dutos, através de um “pig”, ou seja, de um equipamento que percorria o interior dos dutos para examinar sua integridade, e essa empresa implementava, também, medidas de proteção catódica que, por exemplo, prevenia os processos corrosivos que poderiam ocorrer, por exemplo, após uma chuva intensa, e de observava se os dutos já se encontravam erodidos ou se possuíam algum vazamento; 4) que o monitoramento realizado pela Transpetro era constante e, para tanto, mantinha uma equipe que supervisionava diariamente a faixa de dutos, que colocava em prática programas de prevenção e de minimização de riscos, como também verificava a existência ou não de alguma anormalidade, e, ao constatar qualquer problema, punha em prática planos de contingência e de emergência; 5) que os planos de comunicação, de contingência e de emergência envolviam as comunidades, a Defesa Civil, e foram feitas simulações de acidentes para treinar a implementação de cada um desses planos; 6) que, além do monitoramento, eram realizadas inspeções aéreas periodicamente, por meio de helicópteros, com o objetivo de se obter uma visão geral e superficial da integridade dos dutos; 7) que, além desses cuidados, existia também um telefone verde, que era um canal direto com a Petrobrás e que poderia ser utilizado pela população, caso venha a perceber alguma anormalidade; 8) que a Petrobrás buscou de forma efetiva comunicar-se, de modo extensivo, com a população, com o objetivo de divulgar este projeto, através de rádios, panfletos, cartazes, não tendo medido esforços e ido além das exigências legais existentes; 9) que, no Município de Guarulhos, além do terminal, uma das três faixas existentes – uma marrom e uma vermelha e uma outra que seguia em direção ao aeroporto - seria desativada; 10) que parte das faixas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

se localizava em área pertencente à Petrobrás e outra parte, em área de terceiro, e a passagem dos dutos nesta última área será assegurada através do estabelecimento de contrato de servidão de passagem com seu proprietário; 11) que se iniciará em 2011 o processo de desativação desses dutos e, nessa oportunidade, os contratos de servidão terão de ser desfeitos, retornando a área ao controle de seu proprietário; 12) que nas áreas que serão desativadas não existia nenhum passivo ambiental, e que, caso existam, eles serão devidamente recuperados no âmbito deste projeto, ou seja, identificado, mapeado, tratado e lconferida a área, após o tratamento, uma devida destinação; 13) que existiam, atualmente, três dutos, um que media 24 polegadas, que transportava óleo combustível; outro que medida 22 polegadas, que transportava óleo diesel e gasolina, e, também, a nafta, que era um produto petroquímico; 14) que o duto de 24 polegadas passava dentro do terminal e se dirigia ao Terminal de São Caetano; 15) que parte dos produtos transportados pelo duto de 22 polegadas permaneciam no terminal de Guarulhos, pois ele possuía tanques de óleo diesel e gasolina, produtos estes que eram encaminhados para as companhias distribuidoras existentes ao redor do terminal, as quais abasteciam os postos de gasolina; 16) que o duto de 16 polegadas transportava qav para o aeroporto, mas, com a desativação das instalações não passarão mais por Guarulhos dutos que transportavam óleo combustível, e, sim, os que transportavam gasolina, óleo diesel e qav; 17) que, após a desativação, esses dutos serão limpos e tratados todos os resíduos que deles forem retirados; 18) que reconhecia a especificidade dos problemas existentes no Bairro Arapongas, mas esclarecia que em sua área não seria instalado nenhum equipamento e nenhuma faixa e as instalações que nele existiam pertenciam às companhias distribuidoras que se instalaram ao redor do Terminal de Guarulhos; 19) que a Transpetro, como mantenedora e operadora desses dutos, tratará, por certo, desses problemas, pois ela tem esta abertura; 20) que essa comunidade deverá procurar, através do telefone 0800 e, até mesmo dos fiscais e funcionários que trabalhavam nessas faixas, entrar em contacto com a Transpetro para tratar destas questões, e proceder da mesma forma caso detecte problema de assoreamento; 21) que a Petrobrás e a Transpetro estavam abertas para tratar dessas questões, que elas manteriam um canal permanentemente aberto através do qual serão buscadas as melhores soluções. Em seguida, um representante da Transpetro, que se identificou como Alencar, informou: 1) que não existiam faixas de duto no Jardim Arapongas e que, nessas faixas, era realizado um trabalho contínuo de manutenção civil e vegetal, com plantio de capim e de grama onde havia necessidade; 2) que todo processo erosivo que surgia nas faixas era tratado, e aquele que não foi tratado se encontrava provavelmente em área que ainda não foi licenciada; 3) que foi realizado um trabalho de comunicação com a comunidade, tanto que cada comunidade conhecia o técnico da Transpetro responsável pela manutenção do trecho da faixa mais próximo, e a essa comunidade foi divulgado o número do telefone que deveria ser acionado ao ser detectado algum problema; 3) que o processo de fragmentação que seria causado em alguma cidades era previsto ela legislação que regulamentava as interferências; 4) que, se houver necessidade de a Sabesp ou de a Comgás executar um duto ou pavimentar uma rua em área próxima das faixas, a execução dessa obra será acompanhada pela Transpetro, de modo que seja garantida, em primeiro lugar, a integridade da comunidade que se encontrava ao redor, e, em segundo lugar, a dos dutos. Gustavo de la Reza, representante da empresa de consultoria Habitec, comentou: 1) que, na condição de cidadão e de ambientalista, apoiava integralmente a luta travada neste Município pelos representantes de entidades que defendiam a causa ambiental; 2) que lamentava as condições adversas que os moradores do Jardim Arapongas tinham de enfrentar, a maioria das quais dizia respeito a problemas que se vinculavam aos órgãos municipais e estaduais e à Petrobrás, e cuja solução só surgiria se todos os



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

moradores se juntassem e tentassem mudar a realidade deste bairro; 3) que a Cetesb exigiu que a Petrobrás, antes de apontar para os possíveis usos da área onde seriam instalados os dutos e que seriam desativados, identificasse os possíveis passivos ambientais que surgiram e promovesse sua recuperação; 3) que, além dos mananciais existentes na zona norte, existiam, próximo da faixa de dutos que seria instalada no Município de Guararema, várias APAs – a APA da Serra da Cantareira, a APA existente no Município de Campinas e a APA Juqueri-Mirim – cuja criação teve como objetivo proteger esses mananciais; 4) que a faixa de dutos que se iniciava no Município de Suzano e vinha até o Município de Guarulhos continuará funcionando, embora a categoria de risco na qual se enquadrava fosse alta, principalmente em decorrência dos produtos que por ela se escoavam, o que não acontecia com outras faixas que, embora transportassem os mesmos produtos, seu trajeto não passava ao lado de nenhuma comunidade, o que a levava a ser classificada em uma categoria de risco mais baixa; 5) que a desativação de qualquer duto sempre envolvia um certo risco e este sempre diminuía à medida que era desativada alguma faixa; 5) que a desativação dos dutos – ou seja, sua limpeza, de modo a que nele não permaneça nenhum resíduo – não causava nenhuma interferência na geração de resíduos, na medida em que estes equipamentos não seriam retirados do solo – ou seja, a desativação não implicaria a retirada física destes equipamentos, pois, se isso ocorresse, seria gerado um tipo de impacto semelhante ao de sua permanência. Elton Soares de Oliveira, representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, comentou; 1) que, quando se iniciou a discussão sobre o estabelecimento do Termo de Ajustamento de Conduta-TAC entre a Prefeitura do Município de Guarulhos e a Infraero, parecia inadmissível a imposição de algumas condições a esta empresa, e hoje o estabelecimento de algumas exigências, através de um TAC, se tornou realidade, e o mesmo aconteceria com a Câmara de Compensação Ambiental da SMA, porque se deverá levar em conta, na aferição de valores, a construção do terceiro terminal e de outros equipamentos e que os únicos beneficiados serão a comunidade; 2) que era preciso se ter presente que não só a Petrobrás, mas também as empresas por ela contratadas devem submeter-se ao licenciamento ambiental; 3) que este empreendimento, em sua totalidade, promoveria a fragmentação de alguns bairros da cidade de Guarulhos, desde o Jardim Arapongas até Santo Afonso; 4) que, como mencionou a Vereadora Luiza Cordeiro, antes da implantação dos dutos, existia na área alguma vegetação, que foi suprimida pela Petrobrás, a qual deveria ser substituída, pois sua supressão contribuiu para a elevação da temperatura, que, neste Município, mede dez graus a mais em relação à da Serra da Cantareira; 5) que, como igualmente foi referido, o acesso às comunidades e o sistema viário como um todo se apresentava de forma muito precária, de modo a oferecer alguns riscos, o que colocava a necessidade de a Petrobrás investir neste setor; 5) que merecia um tratamento especial o trecho da estrada que ligava o Jardim Cátia ao Jardim Arapongas, que era utilizado para o transporte de cargas; 6) que a tubulação do curso d'água conhecido como Córrego das Pedrinhas, que se inseria na área que será utilizada por este projeto da Petrobrás, precisava também de cuidados especiais e estes exigiam a intervenção do Departamento de Água e de Energia Elétrica; 7) que o Aeroporto Internacional de Guarulhos estava situado no maior aquífero da RMSP, e esse dado não constava do EIA/RIMA, mas deveria ser incluído no TAC como também se deveria incluir os problemas relacionados com os dutos, os quais inexistiam à época em que se firmou este termo de ajustamento de conduta, e aquelas que diziam respeito ao passivo ambiental; 8) que deveria ser explicado por onde chegará o petróleo com a retirada dos dutos, se isso ocorrerá através do sistema viário; 9) que igualmente deveria ser esclarecido em que unidade de conservação serão aplicados os recursos oriundos da compensação ambiental, prevista pela legislação do Sistema Nacional de Unidades de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Conservação-SNUC; 10) que era necessário que as comunidades que viviam em áreas próximas daquelas por onde passará o duto – principalmente os moradores da região do Rio Tupinambá – continuassem lutando, porque, se não fosse a luta que vinha travando, por certo, não teriam sido evidenciadas as contradições que cercam este empreendimento nem a Petrobrás teria comparecido a essa audiência e oferecido tantas explicações; 11) que a população pobre que morava no entorno desses equipamentos precisava enormemente dessas compensações; 12) que outro dado que precisava ser esclarecido dizia respeito ao fato de o petróleo chegar nos caminhões muitas vezes em quantidades que ultrapassavam a capacidade das unidades e essa sobra era vendida aos moradores, que, por sua vez, o estocavam em área próxima das moradias, enquanto esperavam o surgimento da oportunidade de vendê-lo em um mercado clandestino, e o acúmulo desse produto, como todos sabiam, poderia provocar acidentes gravíssimos; 13) que, além disso, em volta desse negócio, havia denúncias sobre a participação de autoridades e, também, de funcionários da Petrobrás. Luiza Cordeiro, Vereadora e Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Guarulhos, comentou: 1) que elaborou um projeto de lei, que foi aprovado, dispondo sobre a elaboração de convênio entre a Prefeitura do Município de Guarulhos e a Petrobrás, cujo cumprimento contou com o empenho da Petrobrás, o qual determinava a necessidade de serem fiscalizadas as atividades, realizadas no Município de Guarulhos, de distribuição e estocagem de todos os produtos derivados do petróleo – inclusive do gás de cozinha – com o objetivo de se evitar seu comércio clandestino e a ocorrência de algum tipo de acidente; 2) que este projeto foi discutido amplamente – contando até mesmo com a presença da Petrobrás – e foi objeto de audiências públicas. Depois de Sílvia Romitelli, geóloga vinculada ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA/SMA oferecer os esclarecimentos sobre o estágio em que se encontrava o licenciamento ambiental deste projeto da Petrobrás, que era o Plano Diretor de Dutos, e de oferecer informações sobre as etapas posteriores desse processo, o Secretário-Executivo do Consema declarou terem sido seguidas as etapas das audiências e informou que todas as pessoas que desejarem ainda contribuir para o aprimoramento desse projeto terão até o dia 18 de março para fazê-lo, ou encaminhando sua contribuição, pelos Correios, para a Secretaria-Executiva do Consema ou protocolando-a diretamente nesse setor. Depois de agradecer, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, a presença de todos, declarou encerrados os trabalhos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora da Divisão de Documentação da Secretaria Executiva do Consema, lavrei a assino a presente ata.